

REVISTA PORTUGUESA  
DE LITERATURA COMPARADA

N.º 17-18 2013-2014

VOL. I

17  
18 **D** E D A L U S

AP  LC  
Associação Portuguesa de Literatura Comparada



EDIÇÕES  
COSMOS

**Conselho Editorial – Comité de Patronage – Advisory Board**

Vitor M. de AGUIAR E SILVA  
(Universidade do Minho)

Djegal KADIR  
(Universidade do Estado da Pensylvania)

João de ALMEIDA FLOR  
(Universidade de Lisboa)

Wladimir KRYSINSKI  
(Universidade de Montreal)

Susan BASSNETT  
(Universidade de Warwick)

Maria Alzira SEIXO  
(Universidade de Lisboa)

Jean BRESSIERE  
(Universidade de Paris III)

Theo DRIEEN  
(Universidade Católica de Leuven)

Friedrich WOLFFZETTEL  
(Universidade Johann Wolfgang-Goethe)

Eugene EOYANG  
(Universidade de Indiana)

Michael WOOD  
(Universidade de Princeton)

**Comissão de Redacção – Comité de Rédaction – Editorial Board**

José Pedro Serra (director – directeur – directeur)  
Maria de Lourdes Cਾਂcio Martins, Teresa Cid, João Ferreira Duarte, Rui Carlos Fonseca

**Morada – Adresse – Address**

José Pedro Serra  
FLUL – Departamento de Estudos Clássicos  
Alameda da Universidade – 1600-214 LISBOA

Associação Portuguesa de Literatura  
Comparada

Prego – Prix – Price  
(prices not included / frais de port non inclus / postage not included)

Todos os direitos reservados de acordo com  
a legislação em vigor

Portugal:

Sócios da APLC:

Não-sócios:

União Europeia / Union

Européenne / European Union:

Outros Países / Autres Pays / Other

Countries:

40€  
50€

60€

US\$ 70,00

Capa: Henrique Cayatte

Fotocompositor: Edições Cosmos

Impressão e acabamentos: Garrido Artes Gráficas

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: anual

ISSN 0871-9519

Depósito legal 314632/10

Apartado 82 – 2140-909 CHAMUSCA

Tel.: 249 768 122

E-mail: geral@edicoescosmos.pt

Edições Cosmos\* é uma marca registada

da Zaira Portugal

Esta obra é composta por 2 volumes,  
os quais não podem ser vendidos separadamente.

desde os títulos aos entrecchos, para que não as tenhamos em conta nesta análise. A linguagem que por via desta citação se estabelece entre os dois romances surge em desfavor do texto de Luandino que deste modo entra no rol dos relatos citados sendo atingido por igual descrédito.

A mais recente obra de José Eduardo Agualusa, sintomaticamente intitulada *Teoria Geral do Esquecimento*, traz novas luzes sobre esta problemática. Ao contrário do silêncio a que tinham sido votados os anos imediatamente anteriores e subseqüentes à proclamação da independência, e que apontei no meu trabalho, neste remanece esse período é elevado ao tempo único da efabulação. No entanto, essa centralidade, configurada na narrativização do caos social vivido em Luanda nessas três décadas, é desmentida pela efabulação que se fecha com a apologia da necessidade de esquecer esses anos. É pela voz da protagonista que esse desafio é feito quando conclui resignada: "Talvez seja necessário esquecer. Devíamos praticar o esquecimento", numa aporética intencionalidade de anulação do narrado.

A partir da leitura das obras do nosso *corpus* esboça-se não um retrato mas vários retratos que dão conta de várias Angolas: ou antes, de vários momentos do percurso da construção identitária. Há uma substancial diferença entre a imagem de Angola que emana dos textos de Luandino, que apenas e insistentemente narram as lutas e a guerra de libertação, ou pelo contrário aquela criada pelas narrativas de Agualusa, que privilegiam a intervenção da elite crioula na contestação do poder colonial. Nas escolhas efabulativas dos autores adivinham-se opções orientadas ideologicamente que determinam uma visão própria do passado, e originam uma construção particular da angolidade. A identidade angolana apresenta-se, pois, como simbiose destas várias perspectivas identitárias, numa apreensão fragmentada, incompleta e plural de uma certa realidade, circunstância que nos reporta incessantemente à certeza da impossibilidade do conhecimento total e à reduzibilidade do olhar unívoco.

Ana Margarida Fonseca

Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Comparatistas  
Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior (IPGI)

(Pós-)Memórias de África – as narrativas dos “retornados”

Com o fim do império colonial português, sucedeu-se um movimento de desterritorialização que trouxe para Portugal muitos dos que, durante décadas ou por toda a vida, tinham habitado as colónias, na ambígua condição de colonizadores e/ou emigrantes. Aqueles que ficaram conhecidos como “retornados” aportavam a um país “outro”, que não reconheciam como seu e onde eles próprios eram também vistos como “estranhos”. Os conflitos subterrâneos que terão decorrido desta ambivalência identitária permaneceram, durante muito tempo, praticamente ausentes das representações literárias e culturais portuguesas, mas nos últimos anos a situação tem vindo a alterar-se. Na verdade, parece existir um interesse crescente por contar as experiências da colonização e descolonização, denunciando porventura uma pacificação com o passado, ao mesmo tempo que se observa a curiosidade das gerações mais novas, pós-revolução de abril, pelos países africanos lusófonos. Neste contexto se enquadram os recentes movimentos migratórios (com destaque para Angola), os quais implicam um maior conhecimento de realidades que, neste interregno entre a independência das colónias e o presente, pareciam excessivamente distantes.

Com o presente texto, propomo-nos reflectir sobre as representações dos e sobre os “retornados”, centrando-nos particularmente em narrativas produzidas não pelos colonos, mas pela geração que veio a seguir: “os filhos da diáspora, os filhos dos retornados, aqueles que têm uma memória

\*PEst-OE/EGE/UI4056/2011 – projeto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

própria, mas de criança, dos eventos que levaram ao fim do império colonial em África, ou pós-memórias já, ou seja, aqueles que não têm memórias próprias destes eventos mas que cresceram envolvidos nestas narrativas sem delas terem sido testemunhas<sup>2</sup>. Profundamente disparem em termos ideológicos e estéticos, estes textos literários e documentais materializados em diversos suportes, assinalam o aparecimento de um olhar diferenciado daquele que tinha caracterizado as narrativas de ex-combatentes e ex-colonos, ao mesmo tempo que reintroduzem questões inerentes quer aos últimos tempos da relação colonial quer ao difícil processo de integração dos retornados na sociedade portuguesa.

Deste modo, tratando-se em todos os casos de narrativas que lidam com as questões da memória e da representação, estas contribuem para a quebra do silêncio em torno de um período histórico crucial na (re)definição da identidade cultural e nacional portuguesa no último meio século. Na verdade, se se registou, a determinada altura, uma maior produção literária e documental sobre a temática da guerra colonial, tardaram a surgir obras que regressassem a África para refletir sobre as vivências dos portugueses nos últimos tempos do regime colonial e mais reduzidos ainda os textos que se debruçassem sobre a experiência dos colonos regressados. Há que sublinhar, porém, uma crescente produção registada nos últimos anos ainda que, na maioria das vezes, tingida pela cor sépia da nostalgia e de uma certa remificação do esforço colonizador.

Referimo-nos a um *corpus* heterogéneo, onde pontuam, no plano literário, obras como *Os Retornados. Um amor nunca se esquece*, de Julio Magalhães, *O Último Ano em Luanda* de Tiago Rebelo e *Balada do Ultramar* de Manuel Acácio, a par de romances como *Caderno de Memórias Coloniais* de Isabela Figueiredo, *Os Pretos de Pousalões* de Aida Gomes ou *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso. No ensaio e na reportagem, destacamos as publicações de *Os Retornados Mindaram Portugal* de Fernando Dacosta, *Os que vieram de África* de Rita Garcia ou *Volta! – Memória do Colonialismo e da Descolonização* de Sarah

Adamopoulos. Mais recentemente ainda, o êxito de uma série de *novas* televisiva como “Depois do Adeus”, emitida pela RTP em horário nobre, ou as reportagens emitidas na Antena 1 sob o título “Começar de novo” exemplificam este interesse crescente em desvendar uma realidade que, se para uns é quase desconhecida, para outros continua a suscitar aceras reações.<sup>3</sup> O marketing editorial tem sabido aproveitar, por um lado, a saudade dos que viveram em África (ou ouviram essas recordações), e por outro, o fascínio exercido sobre as gerações mais jovens. A representação de um “paraíso perdido”, sem comprometimento ideológico, alimenta frequentemente um olhar nostálgico e por vezes mesmo “exótico”, omitindo as desigualdades da relação colonial e a complexidade da situação dos portugueses no espaço africano.

Em muitos casos, estes são, nas palavras de Margarida Calafate Ribeiro, “livros capazes de gerir saudade, mas não gerar futuro”, “obras que representam a significativa parte da comunidade portuguesa que se imagina a partir de um discurso ‘pós-luso-tropical’ e que assim se subtrai a uma reflexão sobre a violência política, social e epistémica que foi o colonialismo, e no caso sob análise, o colonialismo português”.<sup>4</sup> Não é esse o caso das obras a que nos iremos referir de forma mais particularizada, uma vez que, como veremos, neles se representa um Portugal muito distante dessa utopia colonizadora que alimentou o imaginário coletivo durante décadas. A nossa escolha recaiu sobre *Os Pretos de Pousalões* de Aida Gomes e *O Retorno* de Dulce Maria Cardoso, dois romances de 2011 ligados a experiências familiares, mas com contornos autobiográficos distintos. A escritora portuguesa Dulce Maria Cardoso integrou com a família a célebre ponte aérea de 1975, sendo ela uma “filha de retornados” no sentido anteriormente enunciado; no que se refere à angolana Aida Gomes, não tendo vivido pessoalmente

<sup>2</sup> Margarida Calafate Ribeiro, “O fim da história de regressos e o retorno a África: leituras da literatura portuguesa contemporânea”, *John Brugh et alii, Itinerâncias. Percursos e representações da pós-colonialidade* (Braga, Humanus, Universidade do Minho – Centro de Estudos Humanísticos, 2012), p. 93.

<sup>3</sup> Observe-se, a este propósito, que uma notícia sobre a emissão destes programas no jornal *Público* motivou uma torrente de comentários de tal forma acesa que foi encerrada a caixa de mensagens. Esta é, de resto, uma situação comum em notícias, emitidas em blogs ou outras mensagens existentes no ciberespaço sobre a temática dos retornados. Cf. Joana Amaral Cardoso, “Depois do Adeus, os retornados agora na ficção da TV” (*Público*, 14.01.2013).

<sup>4</sup> Margarida Calafate Ribeiro, *op.cit.*, p.92.

subterrânea radcada na ligação ao pai entretanto desaparecido.<sup>5</sup>

O conceito de pós-memória, introduzido por Marianne Hirsch<sup>6</sup> para descrever as relações das gerações pós-Holocausto com as experiências traumáticas que não foram diretamente vividas pelos próprios, revela-se, neste contexto, de grande interesse. A proposta do conceito resulta da leitura de textos ou imagens produzidos pela segunda geração e da necessidade de compreender memórias que, não tendo sido geradas pela vivência direta das experiências traumáticas, resultam da mediação de terceiros. O prefixo “pós” implica, como se observa em outras conceptualizações (caso do pós-moderno), uma dimensão temporal e a noção de “para além” da memória; contudo, não se trata apenas de um movimento ou uma ideia – Hirsch entende a pós-memória como uma estrutura inter ou transgeracional de conhecimento e experiência traumáticos:

Postmemory describes the relationship that the generation after those who witnessed cultural or collective trauma bears to the experiences of those who came before, experiences that they “remember” only by means of the stories, images, and behaviors among which they grew up. But these experiences were transmitted to them so deeply and affectively as to seem to constitute memories in their own right. Postmemory’s connection to the past is thus not actually mediated by recall but by imaginative investment, projection, and creation. (...) These events happened in the past, but their effects continue into the present.<sup>7</sup>

<sup>5</sup> A autora explica do seguinte modo o surgimento da narrativa: “Shivério foi inspirado pela tentativa de perceber quem foi a pessoa por detrás do meu pai, que faleceu quando eu tinha 18 anos. Entre os documentos deixados por ele, havia um cartão referente ao serviço militar em Angola. Nunca tinha imaginado que ele tivesse estado na tropa e nunca o ouvi mencionar nada sobre a questão dos “retornados”. Enquanto estudava questões ligadas ao processo de descolonização africano, apercebi-me de que afinal essa “história” era minha. E como cresci apenas com o meu pai, sem mãe ou irmãos, tive a necessidade de reconstruir vivências, ilustrando diferentes aspectos de um evento histórico complicado e emotivo para os implicados.” Cf. Entrevista a Aida Gomes por Sara Figueiredo Costa (15.02.2011, disponível em [http://timeout.sapo.pt/news.asp?id\\_news=6600](http://timeout.sapo.pt/news.asp?id_news=6600), acessido em outubro de 2011).

<sup>6</sup> Marianne Hirsch, *Family Frames: photograph, narrative and postnarrative* (Harvard University Press, Harvard, 1997).

<sup>7</sup> Marianne Hirsch, *op.cit.*, pp. 106-7.

à representação modelizada de experiências passadas, mas que continuam atuantes no presente dos sujeitos – no segundo caso, com a particularidade de haver uma fratura entre quem vivenciou o trauma e quem o reconstrói, a partir das narrativas visuais ou verbais, de objetos públicos ou privados, de fragmentos do quotidiano.

Esta cisão descreve de forma adequada a situação daqueles que, regressados de África numa idade muito jovem, ou mesmo nascidos já em Portugal, não deixam de ser testemunhas – por uma outra via – de um momento fundamental da história portuguesa. Como refere Margarida Calafate Ribeiro, trata-se de um “poderoso tipo de memória que surge mais do silêncio que das palavras, mais dos fragmentos que das narrativas completas, mais de interrogações que de respostas”<sup>8</sup>. Assim, a pós-memória relaciona-se eticamente com as vivências traumáticas dos pais, exigindo um reconhecimento que se inicia no espaço familiar, para aos poucos ir quebrando o silenciamento coletivo que se abateu sobre a experiência colonial e o retorno à metrópole, após 1975.

Como antes referimos, é desigual o tratamento ideológico que as narrativas dos “filhos de retornados” apresentam (tal como o é no caso das narrativas dos próprios ex-colonos), mas em todos os casos inauguram uma margem de recuperação da memória da colonização e da descolonização. Em 2010, Raquel Ribeiro assinava um artigo para o “Ipsilon”, suplemento do jornal *Público*, significativamente intitulado “Os retornados estão a abrir o baú”<sup>9</sup>, acentuando que este era um filão que apenas agora começava a ser explorado, tanto por parte daqueles que regressaram e que sentem a necessidade imperiosa de contar como foi, como por parte de outras testemunhas indiretas do processo. Na verdade, nos últimos anos, do “baú” têm continuado a sair quer textos literários quer outras formas de expressão, como filmes, documentários ou ensaios de caráter sociológico ou historiográfico.

<sup>8</sup> Margarida Calafate Ribeiro, *op.cit.*, p.95.

<sup>9</sup> Ribeiro, Raquel, “Os retornados estão a abrir o baú” (disponível em <http://ippsilon.ppublico.pt/vros/lexico.asp?id=363209>, 12.08.2010, consultado em setembro de 2011).

*Caderno de Memórias Coloniais*, de Isabela Figueiredo<sup>10</sup> foi uma das primeiras obras a quebrar o “pacto de silêncio” que os retornados tinham construído acerca do seu próprio passado, em termos que vieram a suscitar uma acesa reação, sobretudo por parte daqueles que tinham estado nas colónias pela mesma altura. A autora, que regressara de Angola na adolescência, afasta-se da imagem idealizada que outros romances constroem acerca da vida em África e sobretudo da relação dos colonos com os africanos, expondo com crueza as desigualdades e a violência da dominação colonial. A mesma autora, ao refletir no seu blogue sobre “as castas de retornados”, põe mais uma vez o dedo na ferida, lembrando que não existiram retornados maus e bons, mas pessoas com diferentes atitudes perante o que os rodeava e com diferentes comportamentos depois da chegada a Portugal. Por outro lado, questiona-se sobre as construções da memória, por ela metaforizada como uma “massa muscular” que pode ser trabalhada em diferentes sentidos ou mesmo atrofiar por falta de uso.

Entre os retornados, no que respeita à memória, há de tudo. Há os que possuem um discurso privado e outro público, e acabaram por se tornar grandes produtores de nacionalistas exacerbados; os que recordam, mas não contam, porque mexer no passado é abrir feridas, e não convém, e morrerão com elas cobertas por uma eterna crosta; e os que, como a minha mãe, foram criando a sua história pessoal, que defendem com unhas e dentes, porque delas depende a sua identidade, a sua forma de estar no mundo.<sup>11</sup>

É difícil recordar quando existe um acordo tácito para não lembrar, observando-senestas situações, de natureza confessadamente traumática, uma “gestão da memória” que protege os sujeitos do peso do seu próprio passado. Assim, tanto a guerra colonial (mais abundantemente representada na literatura contemporânea portuguesa), como o regresso dos ex-colonos/emigrantes de África, constituem experiências afetadas

<sup>10</sup> Figueiredo, Isabela, *Caderno de Memórias Coloniais* (Lisboa, Angelus Novus, 2009).

<sup>11</sup> Isabela Figueiredo, “Das castas entre os retornados” (disponível em <http://novomundoperfeito.blogspot.pt/2011/08/das-castas-entre-os-retornados.html>, 9.08.2011, acessado em setembro de 2011).

pelo não dito e, como refere Isabela, por um grande espectro de atitudes face à memória do vivido.<sup>12</sup>

A geração dos “filhos dos retornados” encontra-se, assim, numa difícil encruzilhada: por um lado, muitos deles possuem as suas próprias memórias, filtradas pelo olhar infantil e juvenil e sujeitas à passagem para uma idade adulta num meio que pouca abertura lhes deu para recordar a vida em África; por outro lado, ao longo da sua maturação foram confrontados diariamente com as memórias dos pais, ou, mais recorrentemente, com os silêncios, numa vivência familiar onde o ressentimento é mais frequente que a pacificação.

Sarah Adamopoulos dá voz a alguns destes retornados em *Volgar: Memória do colonialismo e da descolonização* (2011), reconhecendo que se trata de

uma memória que permanece oculta: a das primeiras vivências integradas em sociedades muito diferentes da portuguesa e dos embates suscitados pelo reparlamento das suas famílias, então demasiado ocupadas a tentar reconectar as suas vidas para poderem ajudá-los, tão pouco a protegê-los da agressividade dos autóctones mais empenhados contra o retorno.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> Pedro Valinho Gomes propõe uma reflexão muito pertinente sobre o trabalho de memória dos acontecimentos traumáticos, apontando para o trabalho de luto que tem de ser feito para que o sujeito se reencontre em termos identitários. Com efeito, através da integração da memória do trauma e da reconciliação com a violência da memória (aquilo a que chama o *esquecimento de reserva*), o sujeito pode retomar a capacidade identitária entretanto perdida, aceitando que a perda sofrida existirá para sempre e passará a constituir um elemento definidor de si mesmo. Por outro lado, como podemos ver no caso destas narrativas que nomeiam as experiências de sofrimento, importa não cair no risco da *memória assumbrada*, propondo-se na sua vez a procura empenhada de uma *memória feliz*: “Um trabalho de luto da memória procura não só compreender o passado, mas relançar os dados no presente. Nesse sentido, a persistência da memória tenderá a converter-se em responsabilidade e compromisso social – diríamos mesmo em compromisso político, no sentido da acção (...)”. Pedro Valinho Gomes, “Dever de lembrar, direito de esquecer: elementos para uma ética da memória”, Fernanda Mota Alves, Sofia Tavares, Ricardo Gil Soeiro, Daniela Di Pasquale (orgs.), *Act 20. Filologia, Memória e Esquecimento* (Ribeirão, Húmus, 2010).

<sup>13</sup> Sarah Adamopoulos, *Volgar: Memória do colonialismo e da descolonização* (Lisboa, Planeta, 2011), p.285.

Há alguns deles, considera a jornalista, “um mal-estar indefinível, porventura resultante do vazio identitário suscitado por um sentimento de pertença às terras e culturas africanas onde viveram a infância”, ainda que muitos expressem o desejo de não regressar, preferindo a segurança das representações evadas de nostalgia e com um elevado grau de idealização.

As narrativas a que faremos referência de seguida, numa análise necessariamente limitada, expõem precisamente a dificuldade de contar o que a sociedade portuguesa preferiu calar, através do olhar de personagens que regressam de África na infância e no princípio da adolescência.

No caso de *O Retorno*, de Dulce Maria Cardoso, a voz narrativa é assumida por um adolescente de quinze anos, Rui, que vem para Portugal com a mãe e a irmã mais velha, enquanto o pai fica retido em Luanda, depois de ter sido preso pelas tropas do governo, apenas se reunindo à família meses mais tarde. À chegada a Lisboa, os familiares em Portugal rejeitam acolhê-los; por isso, Glória e os filhos são forçados a ficar num hotel no Estoril, com todos os outros que chegavam à metrópole sem um teto próprio ou emprestado.

O facto de ser um rapaz adolescente a contar a história estabelece um filtro entre as memórias autobiográficas da autora – que veio de Angola aos onze anos, na ponte aérea de 75 – e o que é representado, com especial repercussão no estilo e na linguagem utilizados, que se adaptam à capacidade de abstração e ao conhecimento do mundo expectáveis naquela fase da vida. Por outro lado, por se tratar de um jovem ainda em formação, marcado pelas ambivalências próprias da idade e influenciado tanto pelo ambiente social e ideológico da (ex-) colónia como pelos valores transmitidos sobretudo pelo pai, o leitor depara-se com contradições, estereótipos e preconceitos. Na verdade, mais do que um olhar ingénuo, trata-se de um olhar *refratado*; que recolhe e devolve as visões do mundo dos que o rodeiam, com um sentido crítico incipiente, que se vai refinando à medida que a narrativa progride.

A narração que é feita de um dos plenários ocorridos no hotel<sup>14</sup> ilustra bem esta ideia. Rui reproduz as expressões ouvidas aos intervenientes e os rótulos que cada um carrega – “maoiista”, “comunista”, “burguesa reacionária”, “torcionários e sequazes” – com uma aparente neutralidade, seduzido não pelos discursos ideológicos mas pelos pequenos pormenores: a roupa que cada um usa, o cabelo, os gestos, as manias, o mobiliário. Contudo, são estes apontamentos que compõem realmente o quadro social e político de um país emergente da revolução de abril, com a complexidade inerente e os equívocos inevitáveis. No fundo, é como se cada um deles representasse um papel que lhes assenta mal, como a camisa às flores do João Comunista, o cabelo arrumado da diretora ou as barbas até à barriga do representante dos trabalhadores do hotel. Ao expor a inconformidade entre o espaço fastoso da sala do hotel, a aparência um tanto risível dos retornados e dos trabalhadores, o ar excessivamente arranjado da diretora, assim como as mentiras e as ilusões alimentadas por vários dos residentes<sup>15</sup>, o narrador denuncia o absurdo de toda uma situação cuja anormalidade ninguém parece querer admitir. O plenário no hotel constitui, pois, um micro-cosmos do próprio país e das suas convulsões, retratado por uma personagem-narrador que *revê-la*, no sentido fotográfico do termo, fragmentos da memória histórica portuguesa.

Já antes, a sala no hotel do Estoril onde são recebidos se apresenta como uma metáfora do próprio império perdido: “o império estava ali, naquela sala, um império cansado, a precisar de casa e de comida, um império derrotado e humilhado, um império de ninguém queria saber.”<sup>16</sup> Os retornados não regressam porque muitos deles – os mais novos, pelo menos – nunca tinham estado em Portugal; são devolvidos

<sup>14</sup> Dulce Maria Cardoso, *O Retorno* (Lisboa, Tinta-da-China, 2011), pp. 113-121.

<sup>15</sup> Nesta passagem em particular, o narrador mostra a preocupação que os retornados do hotel tinham em compor, para os outros retornados, uma imagem de riqueza e sucesso, apesar de todos saberem que a mesma era falsa: “De certeza que o juiz lá era outra coisa qualquer mas ninguém o desmente como também ninguém desmente os que se gabam das casas com piscina ou das fazendas com campos de algodão a perder de vista. Ninguém desmente porque não interessa, perdeu-se tudo, o muito e o pouco que se tinha. Até já ouvi a mãe dizer que tinha um aspirador, o jeito que aquela máquina me fazia”. Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p. 117.

<sup>16</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p. 86.

a um endereço aleatório, com o qual não se identificam. Na verdade, uma das impressões mais fortes transmitidas pela narrativa consiste na ideia do “desterro” — literalmente a perda da terra, do chão onde pisar. Sem raízes de espaço ou nacionalidade, o narrador percebe, pela primeira vez, a importância de um nome até então desconhecido: “Agora somos retornados. Não sabemos bem o que é ser retornado mas nós somos isso. Nós e todos os que estão a chegar de lá.”<sup>17</sup> Esboça-se aqui um princípio de identidade coletiva que nasce não da relação de pertença a um espaço ou uma nação, como seria normal, mas de uma experiência de despossessão — o que une este grupo é a perda de um espaço afetivo, cultural e econômico; uma ausência de esperança que os condena a uma solidão partilhada. Contudo, este laço provisório, gerado pela experiência do trauma, não é suficiente para gerar uma identificação coletiva, pois são muitas as cisões entre os que chegaram das ex-colônias — as hierarquias reproduzem-se dentro do hotel, mas sobretudo fora dele, sentindo Rui que “os retornados que não estão nos hotéis evitam os retornados dos hotéis, (...) não fomos espertos como eles, ou melhor, eles não foram parvos como nós, não entenderam naquela terra cada tostão que ganharam.”<sup>18</sup>

Por outro lado, na chegada ao hotel de cinco estrelas, o discurso da diretora constitui uma mostra da hipocrisia com que a sociedade portuguesa recebia os que vinham de África: por um lado, procurava-se serenar os ânimos e restabelecer a confiança, mostrando como tudo estava a ser feito para proporcionar as melhores condições aos desalojados; por outro lado, os avisos, as regras e proibições estabeleciam desde logo um ambiente concentracionário, onde a liberdade individual se subordinava à tentativa de uniformizar comportamentos e ideias. A mensagem subliminar nesta receção dubia é a de que os retornados deveriam saber comportar-se — mensagem que depois se repetirá na escola e em todos os outros espaços onde, a contragosto, têm de ser recebidos, o que é muito diferente de serem aceites.

Assim, ao longo do romance, a segregação e os preconceitos de que são alvo os retornados estão abundantemente representados,

instaurando-se uma dicotomia entre “os de lá”, ou seja, os que vieram das ex-colônias, e “os de cá”, os portugueses da metrópole que os toleravam a custo, rancorosos pelos recursos perdidos e pelos empregos ameaçados. A recorrência no uso destas expressões reforça a existência de uma fronteira invisível que raramente é transposta; uns e outros pertencem a espaços culturais, sociais e afetivos diferentes, e a ideia de uma “nação até Timor”, se divididas houvesse, fica liminarmente desfeita.

Deste modo, destruída a ilusão de poderem fazer parte de uma terra que, em rigor, não conheciam nem compreendiam, Rui e a irmã, como os outros retornados da sua idade, são incapazes de estabelecer uma relação de pertença com Portugal, pelo menos nos tempos iniciais da permanência na antiga metrópole. Tal como os contentores que ninguém reclama e vão apodrecendo no cais, estas personagens sentem-se “sobras do império”<sup>19</sup>, relativamente às quais ninguém sabe exatamente o que fazer e por isso se deixam estar.

É também de inadaptação que se fala em *Os Pretos de Pousaflôres*, de Aída Gomes, um romance polifónico, onde a voz narrativa é repartida pelos distintos elementos da família: Silvério e os seus três filhos com que regressa (Ercília, Justino e Belmira), a mulher angolana Deodata e a irmã Marcolina. Esta última recebe, sem prévio aviso, a notícia de que o irmão tinha chegado à aldeia de onde partira para Angola muitas décadas antes, acompanhado de três descendentes mulatos, cada um de sua mãe. A contragosto, a aldeã recebe os forasteiros na casa que era dos pais de ambos, destinando-lhes o alpendre e o telheiro, numa atitude de deprecição que nunca cessa inteiramente. Aqueles a quem todos em Pousaflôres conhecem por “pretos” são, afinal, apenas adolescentes atordoados, que têm de aprender modos de vida e comportamentos radicalmente distintos dos que conheciam na fazenda do Heilongo.

O momento da chegada a Portugal merece, em ambos os romances, uma atenção diferenciada, denunciadora da complexidade da desterritorialização que nas obras se encena. No caso de *Os Pretos de Pousaflôres*, representa-se a confusão vivida no aeroporto de

<sup>17</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p.77.

<sup>18</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p.117.

<sup>19</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p.188.

Lisboa, cabendo a Ercília, a mais nova dos irmãos, a responsabilidade enunciativa:

Empurraram-me contra o cartaz da parede. Letras azuis e brancas, Bem-Vindos a Portugal. Aperto as asas do suco de plástico nos dedos. Avilanche de vozes nos corredores. [...]

Comichão de água nos olhos, bolha a bolha, quase a rebeantar — Ercília! Não entendes mesmo nada de nada? O pai não nos quer ver juntos com os retornados.<sup>20</sup>

Ao contrário de Rui, que reconhece no rótulo de retornado a forma como passarão a ser representados pelos portugueses, a interpelação de Belmira acentua a rejeição desta marca identitária, como se aquelas quatro pessoas nada tivessem em comum com a multidão que, tal como eles, fugia das ex-colónias. Para a inocente Ercília, que parece não compreender o caráter definitivo da viagem para Portugal, o que importa é saber se regressarão a Angola, pelo que a irmã, procurando sossegá-la, assegura-lhe que um dia assim acontecerá: “Somos angolanos, não somos?”<sup>21</sup> Observa-se, neste caso, a persistência de uma vinculação à terra angolana, porventura pelo facto de serem filhos de mães africanas, pelo que a expatriação começa, na mente das personagens, quando tocam em solo luso.

Contudo, ao emprenderem a viagem para a aldeia do pai, os três jovens assumem de forma irreversível a condição de retornados, sendo que a cor escura, paradoxalmente, os torna ainda mais reconhecíveis enquanto pertencentes a uma margem da nação portuguesa. A posição liminar destas personagens torna-se, assim, ainda mais acentuada — a ambiguidade identitária marca a adolescência das personagens, propiciando um percurso errático em que a desadaptação ao meio social está sempre presente. Também por esta razão, apenas Ercília permanece na terra que a acolheu, enquanto Justino concretiza o sonho de voltar para Angola e Belmira emigra para a Suíça. Recorde-se, de resto, que também Rui planeara emigrar para a América, quando supunha

o pai morto, por ser a única solução que encontrava para a família empobrecida.

Regressamos, assim, ao ponto de partida para sublinhar que estas narrativas, ao serem escritas por “filhos de retornados”, põem em jogo não só as memórias próprias enquanto crianças, mas também as memórias familiares. É significativo observar o simbolismo da figura do pai em ambos os romances, uma vez que neles se encena a sua morte simbólica. No caso de *O Retorno*, a demora na chegada do pai ao hotel leva Rui a convencer-se que ele tinha morrido:

Eu não tenho fúmo, não sei o que é justo, não tenho orgulho, não tenho vergonha, e nem sei do que falam. A única coisa que sei é que mataram o pai. (...) Não consigo viver à espera que o pai chegue. Ninguém consegue viver sempre à espera de uma coisa assim. Seja tu quem fores, tens de existir para que eu não espere mais. Sejas tu quem fores, existes e eu não espero mais. Sejas tu quem fores escolheste matar-me o pai.<sup>22</sup>

A desistência da espera acontece, não por acaso, no dia da independência de Angola, numa sala de televisão cheia de homens de luto e onde o Paçaça, inconformado, lamenta a perda irreversível da terra que julgava eternamente sua: “hoje morreu-me a minha terra, hoje morreram os meus mortos, os meus filhos desterrados como eu.”<sup>23</sup> Como numa herança invertida, a personagem faz recair sobre os filhos a perda e a desposseção, pois não se perdia apenas um espaço, mas a própria identidade: o passado e o futuro, os mortos e as crianças.

Em *Os Pretos de Pousalfores*, é o pai que regressa a Portugal com os filhos, deixando para trás as mães, mas esta figura tutelar desde cedo revela uma fragilidade que a impede de constituir uma referência para os três descendentes. O lento processo de enlucamento, que o leva à perda da memória, pode, assim, ser entendido como uma incapacidade de lidar com o peso do passado, anulando qualquer esperança de futuro

<sup>20</sup> Gomes, Aida, *Os Pretos de Pousalfores* (Lisboa, Dom Quixote, 2011), p.22.

<sup>21</sup> Gomes, Aida, *op.cit.*, p.23.

<sup>22</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, p.154.

<sup>23</sup> Dulce Maria Cardoso, *op.cit.*, pp.153-4.

e dificultando a procura, por parte dos filhos, de referências para uma identidade que nunca deixa de ser esquiiva.

Em contrapartida, em *O Retorno*, o desfecho é distinto — o pai é libertado, junta-se à família, consegue um empréstimo do Instituto de Apoio ao Regresso dos Nacionais (IARN) e projeta a construção de uma fábrica de tijolos de cimento. A saída do hotel e a mudança para uma casa a que Rui chama “a nossa casa” — apesar de quase miserável — confere à família um capital de esperança que faz prever, no fim da narrativa, a possibilidade da reconstrução identitária. Porém, importa sublinhar que, para Rui, tal não acontece por um “reconhecimento” de Portugal como o seu país — a sensação de estranheza mantém-se até ao fim —, mas porque, seguindo a lição do pai, “um homem pertence à terra que lhe dá de comer”<sup>24</sup> e, se o patriarca decidiu ficar, “esta vai ter de ser a [sua] terra”.

Romances de perda e solidão, quer *O Retorno* quer *Os Pretos de Pousalhoes* representam a recuperação de uma memória diffeil, muitas vezes silenciada, que, como afirmámos no início, a literatura portuguesa começa a ser capaz de nomear. Regressando ao conceito de pós-memória, trata-se de dar voz aos filhos daqueles que deixaram tudo para trás, muito ou pouco, e que frequentemente são incapazes de falar — a memória, neste caso, faz-se pela recuperação de fragmentos, pela imaginação do não dito, pelo testemunho do corpo e dos objetos.<sup>25</sup>

<sup>24</sup> Dulce Maria Cardoso, *op. cit.*, p.243.

<sup>25</sup> Recordamos, a este propósito, que a pós-memória, segundo Hirsch, se distingue da memória do sobrevivente em termos temporais e qualitativos, sendo uma memória deslocada e reconstruída num tempo posterior: “Postmemory is a powerful form of memory precisely because its connection to its object or source is mediated not through recollection but through representation, projection, and creation — often based on silence rather than speech, on the invisible rather than the visible.” A pós-memória constitui um espaço de lembrança intersubjetivo e intergeracional, ligado a um trauma coletivo ou cultural. Desta forma, existe uma identificação com a vítima do trauma, geralmente da própria família, o que se observa, em *O Retorno*, sobretudo na relação de Rui com a parte da história familiar de que nunca se falará explicitamente: o tempo em que o pai esteve preso e atestado da família. Cf. Marianne Hirsch, “Surviving images: Holocaust Photographs and the Work of Postmemory” in Barbie Zelizer (ed.), *Visual Culture and the Holocaust* (Rutgers: The State University, 2001), pp. 218 e 221.

É assim com Rui, quando tem apenas a pele do pai como narrativa do que sucedeu depois de ter sido preso pelas tropas angolanas: “O pai nunca falou da prisão. Nem uma palavra. Talvez por isso eu não consiga olhar para as cicatrizes do pai quando o vejo em tronco nu. O silêncio do pai faz com que as cicatrizes contem coisas mais terríveis do que alguma vez poderiam contar (...).”<sup>26</sup> O não dito absorve tudo, pelo peso da interdição: “Não falamos do que aconteceu ao pai mas é como se isso sugasse todas as conversas.”<sup>27</sup>

Noutra perspetiva, Rui sabe — e estamos aqui no final da narrativa, perante um narrador amadurecido pelo tempo e pela experiência de vida — que as memórias são (re)construções que não coincidem necessariamente com o factual, pelo que a versão futura dos tempos passados no hotel não corresponderá ao que efetivamente hoje sentem e sabem:

Daqui a uns anos vamos dizer, lembram-se daquela casa para onde fomos morar quando saímos do hotel, vamos falar de agora como falamos do tempo em que estivemos à espera do pai e mentiremos como mentimos agora, tive sempre a certeza que vinhas ter conosco, não havia dia que não dissesse aos miúdos, é hoje que o vosso pai chega, e continuaremos a falar a falar até nos convenceremos de que aquilo por que passámos não volta a acontecer, as palavras tanto afastam os demónios que rondam a mãe como os que rondam o passado na nossa cabeça.”<sup>28</sup>

Em conclusão, podemos, assim, considerar que as memórias dos pais — ou seja, da geração anterior, que procurou nas colónias a fuga à fome e à escassez que se vivia na metrópole — se revelam precárias, cabendo às gerações dos “filhos dos retornados” contribuir para a representação de um período difícil da história portuguesa. O “dever de memória” de que fala Primo Levi<sup>29</sup> passa, assim, pelo testemunho destes que perderam a infância de forma abrupta ou, saindo de África

<sup>26</sup> Dulce Maria Cardoso, *op. cit.*, p.250.

<sup>27</sup> Dulce Maria Cardoso, *op. cit.*, p.253.

<sup>28</sup> Dulce Maria Cardoso, *op. cit.*, p.243.

<sup>29</sup> “Nós, os sobreviventes, somos testemunhas, e toda a testemunha é obrigada, mesmo por lei, a responder de forma completa e verídica”. Cf. Primo Levi, *O Dever da Memória* (Lisboa, Cotovia, 2010).

ainda mais novos, cresceram na sombra de muitas histórias e muitos não-ditos.

Afirma Margarida Calafate Ribeiro, na apresentação do livro de Isabela Figueiredo, que “a viagem de retorno pós-colonial que estes livros assinalam – de Portugal para África – inverte a *história da regressos* – sobre a qual se foram construindo os impérios”<sup>30</sup>. Trata-se agora de contar a derrocada do império, há muito entrevista, e de dar voz àqueles que acabaram por ser vistos (ou sê-lo-ão ainda?) como efeitos secundários, certamente indesejáveis, de um país que por esses tempos ansiava pela Europa e pelas suas promessas. Pelo este pacto de responsabilidade partilhada entre quem conta e quem ouve, “gera-se a obrigação da geração seguinte continuar na busca de respostas para as questões dos seus pais, tentando fazer a síntese entre um excesso de memória individual, contra a falha da memória coletiva, aquela que no fundo define aquilo que *devemos esquecer* e o que *devemos recordar*”<sup>31</sup>. O processo de construção de representações é o do outro, na fronteira instável da pós-colonialidade, continuará, pois, pelas décadas seguintes, à medida que Portugal for “abrindo o baú” de uma memória incómoda, mas cada vez menos silenciada.

<sup>30</sup> Ribeiro, Margarida Calafate. “Margarida Calafate Ribeiro em Caderno de Memórias Coloniais”, (disponível em <http://angnovus.wordpress.com/2010/02/18/margarida-calafate-ribeiro-sobre-%20abecedario-de-memorias-coloniais-%20abril-18-fev-2010>, acessido em setembro de 2011).

<sup>31</sup> *Ibidem*.

## Fabrice Schurmanns

Université de Coimbra, CES

### Homogénéiser le multiple, célébrer l'hybridité. Analyse critique de l'approche comparative des théories postcoloniales

Il s'agira ici de revenir sur la nature du lien entre littérature comparée et théories postcoloniales de la littérature. Quels sont les sous-bassements théoriques de celles-ci? Pour quelles raisons adopte-t-elles une perspective comparée? Poser ces questions oblige à un retour au texte fondateur des études littéraires postcoloniales, *The Empire Writes Back*.<sup>1</sup> Ce sera l'objet de la première partie de cet article. Reprendre ce classique pour en questionner les assises permet de comprendre où et comment s'originèrent les principales apories de la pensée postcoloniale anglo-saxonne, notamment la tendance à homogénéiser le multiple et à célébrer un peu vite certains concepts. Dans la même perspective archéologique, il s'agira ensuite de montrer que ce que les théoriciens postcoloniaux en question tenaient pour l'originalité d'un champ en construction trouvait en fait sa source plus ou moins assumée dans la littérature comparée (e.g. les métaphores de la traduction et de la frontière, le refus des systèmes clos). De ces remarques initiales découle une question plus fondamentale sur ce que comparer veut dire : que se passe-t-il lorsque la critique rapproche des textes écrits dans des contextes spatiaux et temporels différents? La deuxième partie reviendra sur ce point essentiel pour tout comparatiste, et que Ashcroft, Griffiths et Tiffin semblent avoir perdu de vue, à savoir que la réflexion sur l'acte même de la comparaison importe autant que le résultat du rapprochement entre deux ou trois textes.

<sup>1</sup> Bill Ashcroft, Gareth Griffiths, Helen Tiffin, *The Empire Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures* (London & New York: Routledge, 2002).